

## **PADRÕES DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DA ÍNDIA: ESTRANGULAMENTOS E PERSPECTIVAS**

Marcel Jaroski Barbosa<sup>1</sup>

Nali de Jesus de Souza<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo apresentar o atual padrão de crescimento econômico da economia indiana tanto em termos quantitativos como qualitativos. Deste modo, mostrar-se que a Índia mesmo tendo adotado uma política de crescimento voltado para fora, é o país asiático com menor participação do comércio exterior em relação ao PIB. Também merece destaque a grande participação do setor de serviços na renda nacional o que pode indicar um processo de desindustrialização da economia indiana, semelhante aos países desenvolvidos, onde o setor industrial diminui sua atuação enquanto o setor de serviços com maior valor agregado cresce. Em um segundo momento, apresenta-se os principais entraves ou desafios que a Índia enfrenta para sustentar o atual nível de crescimento econômico nos próximos anos. Conclui-se que uma vez resolvido esses pontos de estrangulamentos, a Índia poderá manter as altas taxas de crescimento que a tem destacado no cenário internacional nas últimas duas décadas.

**Palavras-chave:** Crescimento e desenvolvimento da Índia. Reformas liberalizantes e abertura econômica.

### **1 INTRODUÇÃO**

A Índia foi submetida nas décadas de 1980 e 1990 a duas ondas de reformas liberalizantes que criaram as bases para o rápido crescimento posterior. Entre 1950 e 1980, a Índia foi conduzida por políticas deveras intervencionistas, sendo uma das economias capitalistas mais fechadas do mundo. Nesse período, o país cresceu

somente 3,6% ao ano, em média, sendo esta “a taxa de crescimento *hindu*”.

Diante deste quadro de relativa estagnação econômica, a partir de meados da década de 1980, a Índia adotou um conjunto de reformas liberalizantes. A taxa de crescimento *hindu* foi definitivamente superada, atingindo 4,5% ao ano na década de 1980, 5,7% nos anos de 1990 e 7% entre 2000/07.

Este artigo tem como objetivo apresentar o atual padrão de crescimento econômico da Índia e mostrar os principais entraves para a sua sustentabilidade. A segunda seção do trabalho irá caracterizar o crescimento da Índia em termos quantitativos e qualitativos. A terceira seção reservar-se-á aos principais óbices existentes nesse país a médio prazo para a manutenção do crescimento econômico. A quarta seção deter-se-á aos indicadores sociais e às perspectivas de crescimento da economia indiana.

## 2 ATUAL PADRÃO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA INDIANA

O expressivo crescimento econômico indiano foi acompanhado pelo aumento do fluxo comercial. Entre 1970/85 as exportações e importações praticamente dobraram. Nos anos 2000, as exportações cresceram 14% ao ano, contra 7,3% na década de 1990. No mesmo período, as importações passaram de uma taxa de crescimento de 9,9% ao ano, para 16,6%. Entre 2000/06 as exportações cresceram 179%, contra mais de 200% para as importações. Mesmo assim, entre os países asiáticos, a Índia é o menos aberto ao exterior (Tabela 1).

**Tabela 1** - Fluxo comercial em relação ao PIB, em 2001

Países	$\frac{1}{2}$ (Exportações + importações)/PIB (%)
Malásia	86,6
Singapura	86,2
Philipinas	50,8
Tailândia	50,5
Taiwan	34,7
Coréia do Sul	32,6
China	21,6
Paquistão	16,4
Índia	9,8

A baixa participação do comércio exterior indiano em relação ao PIB (9,8%) mostra o quanto a economia desse país era fechada ao exterior, antes de 1980. Também mostra o grande potencial desse país em relação ao comércio internacional. Em alguns anos, o aumento dos fluxos comerciais coincidiu com o aumento do PIB. Nos anos em que houve rápido crescimento do PIB este foi acompanhado do crescimento das importações, como por exemplo, em 1977/78, 1980/81 e 1988/89. Em função desse processo, constata-se que a maior liberalização do comércio externo criou as condições para aumentar o ritmo do crescimento econômico após 1980 (Panagariya, 2004a, p. 19. Além disso, após a implantação das reformas liberalizantes, a Índia adquiriu bons fundamentos macroeconômicos, como superávit no balanço de pagamentos, aumento das reservas internacionais e maior resistência às crises externas por eficiente controle de capitais.

Uma das explicações da pequena abertura econômica indiana aos países vizinhos é a preferência por acordos multilaterais, pelo temor de conflitos regionais, principalmente com o Paquistão. Chama atenção a pequena participação do setor industrial no PIB, em torno de 27%, contra 49% na China e 47% na Indonésia (Tabela 2). Inversamente, a participação dos Serviços no PIB é de 46% na Índia, contra pouco mais de 30% nos países mencionados.

**Tabela 2 – Análise setorial do PIB, em 2000 (%)**

País	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
Índia	27	27	46	100
China	16	49	34	100
Indonésia	17	47	36	100

Fonte: Chauvin, 2003, p. 23

Os serviços cresceram 9% ao ano na década de 1990, formando cerca de 60% do crescimento total da economia. Destaca-se o setor tecnologia da informação (TI), que contou com intensas pesquisas. Os ramos de telecomunicação, finanças e restaurantes também cresceram em ritmo superior ao do PIB (World Bank, 2006, p. 5).

O desenvolvimento de uma economia ocorre com aumento de sua produtividade, materializado por transferência de trabalhadores de setores

produtores de menor valor agregado *per capita*, para setores de maior valor agregado *per capita*. Essa é a característica da desindustrialização dos países ricos que continuam a crescer. Os países com mão-de-obra barata são exportadores de manufaturas com trabalho intensivo; isso leva os países ricos a atuar em setores com maior valor adicionado, como a indústrias de ponta, a produção de *software* e serviços financeiros (Bresser-Pereira, 2007, p. 122 e 123).

Uma das vantagens da Índia é o grande número de trabalhadores com boa educação, fluente em inglês e que se destaca na área de informática, como produção de *softwares*.<sup>1</sup>

Diante da importância dos serviços na economia indiana, torna-se claro o crescimento setorial desigual dessa economia. O fraco desempenho do setor agrícola, que emprega 2/3 da população indiana, vem causando preocupação. Na década de 1990, o setor primário cresceu 3,3% ao ano, em média, contra 2,3% entre 2002/07. Uma das causas é o baixo crescimento da produtividade agrícola (World Bank, 2006, p. 6).

O setor industrial cresceu 5,7% ao ano na década de 1990 e 7% entre 2000/07. Neste último período, a indústria cresceu substancialmente, atingindo 7,5% em 2004/05. Mesmo assim, sua participação na renda nacional manteve-se constante, cerca de 20% apenas. Entre 2004/07, a participação da agricultura no PIB caiu de 20,2% para 18,5%, enquanto a dos Serviços subiu de 60,2% para 61,8% (Reserve Bank of Índia, 2007, p.17).

**Tabela 3 - Taxa média de crescimento do PIB real (preços de 1999/00)**

Setores de atividade	1990/00	2000/07	2004/05	2006/07
1. Agricultura e atividades afins	3,2	2,5	0,0	2,7
2. Indústria	5,7	7,0	8,4	11,0
2.1 Minas, caça e pesca	4,8	4,6	7,5	5,1
2.2 Manufaturas	5,6	7,7	8,7	12,3
2.3 Eletricidade, gás e água	7,3	4,8	7,5	7,4
3. Serviços	7,1	8,6	10,0	11,0
3.1 Comércio, hotéis, restaurantes, transportes, armazenagem e comunicação	7,5	10,3	10,9	13,0
3.2 Financeiro, seguro, negócio	8,1	7,9	8,7	10,6
3.3 Comunitário, social e pessoal	6,5	6,0	7,9	7,8
3.4 Construção civil	5,6	9,9	14,1	10,7
4. PIB real a custo de fatores	5,7	6,9	7,5	9,4

Fonte: Reserve Bank of India (2007, p. 17).

O contraste em relação à China é grande, pois neste país o setor industrial corresponde à metade da renda nacional e a taxa de crescimento da indústria chinesa é aproximadamente 1,5 vezes maior do que a indiana. Apesar da produtividade total dos fatores da Índia ter crescido, estima-se que o nível desta está entre 33 a 40% do seu potencial, correspondendo somente à metade da produtividade chinesa (World Bank, 2006, p. 7).

Em decorrência disso, a liberalização da economia não trouxe mudanças estruturais de longo alcance no padrão de comércio estrangeiro indiano, refletindo ainda a estratégia pré-reformas. A industrialização com a economia gerou um setor industrial relativamente grande e diversificado, mas com tecnologias obsoletas. A causa seria o inadequado acesso a novas tecnologias e a bens de capital, por restrições aos investimentos e controle do crescimento das firmas privadas nacionais. As reformas liberalizantes aumentaram as exportações de setores emergentes, como químico, farmacêutico e de engenharia. Exportações tradicionais como têxtil declinaram de 33,4% do total, em 1990, para 20,5%, em 2007 (Reserve Bank of India).

## **2.1 Características da pauta exportadora da Índia**

A pauta exportadora indiana concentra-se em produtos de baixa tecnologia e intensivos em trabalho (Tabela 4). São produtos com demanda internacional de lento crescimento. Isso ajuda a explicar a pequena participação da Índia no comércio exterior. Em 1980, 53% das exportações indianas eram de produtos intensivos em trabalho e ligados aos recursos naturais (Grupo 2), percentual que se reduziu para 43% em 2001. O Grupo 4 (produtos com média e alta habilidade e economias de escala) reduziu sua participação de 20% para 17% no período. Aumentaram sua participação os produtos com baixa e média habilidade, capital e economias de escala, assim como produtos de alta habilidade, tecnologia, capital e economias de escala, além de jóias, pedras preciosas e pérolas.

**Tabela 4 - Exportações e importações produtos manufaturados da Índia por intensidade de fator de produção**

Grupos	1980	1985	1990	1995	2001
<b>Grupo 2</b> (intensivas em trabalho e recursos naturais)	53	50	48	46	43
<b>Grupo 3</b> (baixa a média habilidade, tecnologia, capital e econ. escala)	4	5	4	7	6
<b>Grupo 4</b> (média a alta habilidade, tecnologia, capital e econ. escala)	20	16	14	15	17
<b>Grupo 5</b> (alta habilidade, tecnologia, capital e econ. escala)	9	9	12	12	16
<b>Grupo 6</b> (jóias, pedras preciosas e pérolas)	14	20	22	20	18
Total da exportações	100	100	100	100	100
<b>Grupo 2</b> (intensivas em trabalho e recursos naturais)	5	6	7	7	11
<b>Grupo 3</b> (baixa a média habilidade, tecnologia, capital e econ. escala)	26	18	14	12	8
<b>Grupo 4</b> (média a alta habilidade, tecnologia, capital e econ. escala)	29	34	33	37	27
<b>Grupo 5</b> (alta habilidade, tecnologia, capital e economia de escala)	33	34	31	30	37
<b>Grupo 6</b> (jóias, pedras preciosas e pérolas)	7	8	15	14	17
Total da importações	100	100	100	100	100

Obs.: Classificação da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD, 1996)  
 Fonte: Chauvin (2003, p. 33)

Pelo lado das importações, há um claro declínio dos produtos dos Grupos 3 (baixa e média habilidade, tecnologia e economia de escala) e Grupo 4 (média e alta habilidade). De outro lado, os produtos dotados de maior intensidade de capital, tecnologia, habilidade e economia de escala (Grupos 4 e 5), assim como as importações intensivas em trabalho e recursos naturais (Grupo 2) aumentaram suas participações no período. Dessa forma, evidencia-se que a vantagem comparativa indiana está no trabalho barato e, por conseguinte, em produtos intensivos em trabalhos e materiais brutos. O setor têxtil é o principal representante deste segmento. Assim, no setor têxtil, a Índia possui vantagem na produção de fios (produtos intermediários), como na fabricação de roupas (produtos finalizados).

Todavia, a vantagem do setor têxtil pode diminuir se forem removidos os incentivos fiscais para as pequenas empresas têxteis e se a pressão por

regulamentação do vínculo empregatício desse setor aumentar. A competitividade dessas indústrias têxteis resulta dos baixos custos do fator trabalho de sua principal matéria-prima, o algodão, ou seja, de suas relações informais de emprego. A Índia possui baixa competitividade nos produtos intensivos em altas habilidades e economia de escala. Porém, os setores químicos, farmacêuticos e de engenharia têm mudado esse perfil, ao apresentarem superávits comerciais nos anos de 1990. Esta recente mudança é deveras relevante, uma vez que a demanda internacional desses setores está crescendo rapidamente (Chauvin, 2003, p. 35).

A Índia é atualmente a maior exportadora do mundo de medicamentos genéricos. As indústrias farmacêuticas indianas possuem mão-de-obra altamente qualificada e passaram a ter vantagem comparativa. O desenvolvimento dessas indústrias ocorreu em função do mercado interno. Elas atendem 80% da demanda doméstica e exportam cerca de um terço da produção total (Chauvin, 2003, p. 36).

Em relação a outros países asiáticos, percebe-se que as exportações indianas incorporam menos tecnologia, habilidade, capital e economias de escala (Tabela 5). Enquanto a maioria dos países asiáticos tem suas exportações concentradas nos grupos 4 e 5 (média a alta intensidade de capital, habilidade, tecnologia e economia de escala), a pauta exportadora indiana é concentrada no grupo 2. Mesmo as exportações indianas, oriundas do grupo 5, diferem das exportações dos demais países asiáticos. Enquanto a Índia exporta produtos químicos e farmacêuticos, os demais países asiáticos exportam equipamentos de computação e componentes eletrônicos. A Índia é especializada na produção de medicamentos genéricos, que são cópias de medicamentos já existentes. Todo o processo produtivo de medicamentos similares ocorre na Índia. Os demais países asiáticos, porém, não detêm a tecnologia da produção de peças eletrônicas. Computadores e equipamentos eletrônicos são montados com peças importadas (Chauvin, 2003, p. 38).

**Tabela 5 - Exportações de alguns países asiáticos por intensidade tecnológica, 2001 (%)**

Intensidade tecnológica	Índia	Taiwan	Tailândia	Coréia do Sul	Malásia	China
<b>Grupo 2</b> (intensivas em trabalho e recursos naturais)	43	17	22	16	10	42
<b>Grupo 3</b> (baixa a média habilidade, tecnologia, capital e economia de escala)	6	6	4	12	2	4
<b>Grupo 4</b> (média a alta habilidade, tecnologia, capital e economia de escala)	17	32	29	33	12	24
<b>Grupo 5</b> (alta habilidade, tecnologia, capital e economia de escala)	16	45	41	38	75	29
<b>Grupo 6</b> (jóias, pedras preciosas e pérolas)	18	0	4	1	1	1
Total dos produtos manufaturados	100	100	100	100	100	100

Fonte: Chauvin (2003, p. 37)

Uma característica da economia indiana é que sua vantagem comparativa, por pequena que seja, abrange todo o processo produtivo, enquanto a vantagem comparativa dos demais países asiáticos reserva-se ao final do processo. Em outras palavras, as exportações manufatureiras indianas têm sido caracterizadas pela falta de envolvimento internacional no processo produtivo, enquanto nos demais países asiáticos o envolvimento internacional é maior. Conclui-se que a indústria indiana permaneceu fora da globalização, situação que explica a lenta mudança estrutural e a velocidade da atualização tecnológica do seu comércio internacional (Chauvin, 2003, p. 38 e 39).

Contribuiu para este cenário o desempenho das Zonas Exportadoras na Índia. Inequivocamente, elas tiveram um papel relevante no desenvolvimento indiano, ao atraírem grandes empresas; todavia, em relação a outros países, seu

desempenho exportador tem sido fraco. Contudo, na Índia, estas zonas correspondem a 4% das exportações, enquanto na China elas chegam a 20%. O baixo desempenho indiano é atribuído às condições de infra-estrutura e à pequena capacidade de atrair investimentos estrangeiros diretos frente a outras economias asiáticas (Chauvin, 2003, p. 39).

Embora tenha aumentado o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) na Índia, desde os anos de 1990, sua participação no fluxo total de IED do continente asiático continua pequena. A China recebeu 46% do total do influxo de IED das economias em desenvolvimento da Ásia entre 2001/05. Esse percentual foi de 19% em Hong Kong, contra 4,5% na Índia. Índia e Coréia do Sul receberam aproximadamente 1% de IED/PIB, contra 14% de Hong Kong e Singapura (Tabela 6).

**Tabela 6 – Fluxo de IED nas economias em desenvolvimento da Ásia entre 2000/05**

Economia	% do total de IED na Ásia	% do PIB
República da China	46,1	3,4
Hong Kong	18,9	13,9
Singapura	11,0	13,8
Índia	4,5	0,9
Coréia do Sul	4,1	0,8
Malásia	2,4	2,7
Tailândia	1,9	1,7
Taipei, China	1,5	0,6

Fonte: Brooks (2007)

Assim, constata-se que a Índia tem grande potencial para receber IED bem maiores; entretanto, as barreiras que impedem tal feito devem ser superadas, como falta de infra-estrutura, ambiente regulatório e menores impostos.

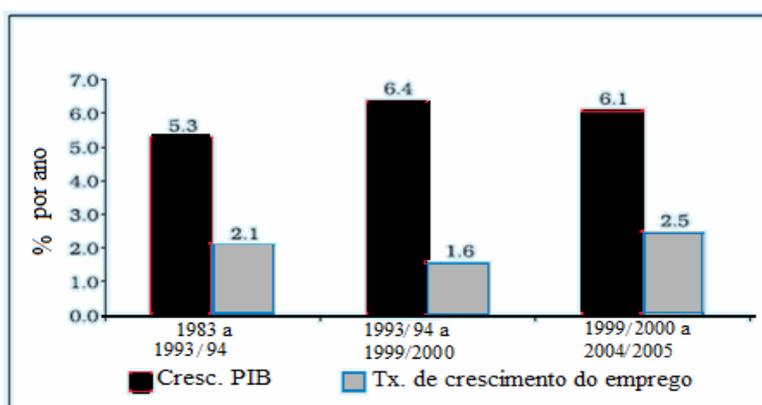
## 2.2 Desempenho dos serviços e geração de emprego na economia indiana

O expressivo desempenho das exportações de serviços pela Índia merece destaque, por estar se equiparando ao total das exportações de manufaturas. A participação das exportações de serviços pela Índia no total mundial dobrou de 0,6% em 1990, para 1,2% em 2001; no mesmo período, a parcela indiana nas exportações mundiais de mercadorias evoluiu de 0,5% para 0,7%, apenas. Em

2002, o setor de serviços atingiu 58% da renda nacional, contra 38% entre 1981 a 1991 (Nassif, 2006, p. 60). A causa são os baixos salários e o bom nível educacional dos trabalhadores. Desde 1990, empresas americanas do setor serviços, buscando reduzir custos, mudaram-se para a Índia, por ser o setor menos sensível à deficiência de infra-estrutura e escassez de capital (Chauvin, 2003, p. 43).

A política industrial do governo nos anos de 1970 teve papel relevante no desenvolvimento do setor de *software*. Houve liberalização da importação de *hardwares* utilizados pelo segmento de tecnologia da informação. O compromisso era recuperar num prazo de 15 anos o valor importado por meio de exportações. Assim, desde a origem esse setor foi orientado à exportação (Nassif, 2006, p. 61).

**Figura 1** – Crescimento do PIB e do emprego na Índia (1983/05)



Fonte: Reserve Bank of Índia, 2007, p. 26

A produção de *software* e de serviços de computação representou, em 2001, a maior parte da produção do setor serviços; 75% da produção do setor passou a ser exportado; cerca de 70% dessas exportações destina-se aos Estados Unidos (Chauvin, 2003, p. 43). Isso contrasta com o fraco desempenho do setor agrícola e o pequeno número de empregos criado pelo setor privado comparativamente ao crescimento da produção. O PIB real cresceu 5,3% entre 1983/94 e 6,2% entre 1994/00; no mesmo período, a média anual de crescimento do emprego caiu de 2,1% para 1,6% (Figura 1).

O crescimento da força de trabalho é maior do que a geração de emprego. Entre 1999/05, ela aumentou 50,5 milhões, com a criação de 48 milhões de empregos (crescimento de 2,5% ao ano); mesmo assim, esse número foi maior do

que os 33 milhões de empregos gerados entre 1993/00 (Reserve Bank of India, 2007, p. 26). Ainda assim, a taxa de desemprego aumentou de 2,8% em 1999 para 3,1% em 2005 (Reserve Bank of India, 2007, p. 26). A Comissão de Planejamento da Índia afirma que seria necessário criar 65 milhões de emprego não-agrícolas durante o 11º Plano Quinquenal (2007/12), para reduzir a taxa de desemprego ao nível da taxa natural (Planning Commission, 2006, p. 73).

Em suma, após os anos de 1980 e, principalmente, após a década de 1990, a Índia cresceu rapidamente. A liderança foi dos serviços e por parte da indústria. O setor primário vem reduzindo paulatinamente sua participação na renda nacional. Assim, torna-se claro que o desenvolvimento indiano é desigual e dualista.

As diferenças educacionais são muito grandes. Enquanto os melhores estudantes do Instituto de Tecnologia Indiano são considerados de nível internacional, muitas crianças indianas, concluindo a escola pública primária, são incapazes de realizar operações simples de aritmética. No âmbito econômico, parte da Índia urbana compete no sofisticado setor de *software* e biomedicina, enquanto que, outra parte, a da Índia rural, apresenta taxas de pobreza comparáveis às do Haiti e Nigéria e grande número de crianças são mal nutridas (World Bank, 2006, p. 1).

Também merece destaque o aumento do comércio exterior indiano, embora seu fluxo comercial seja relativamente pequeno, comparado aos vizinhos asiáticos. Esses países têm exportações concentradas em bens de capital e de alta tecnologia, produzidos com economias de escala. A pauta exportadora indiana é concentrada em produtos simples, não diversificados, com baixo nível técnico. Suas vantagens comparativas estão baseadas na produção de bens com mão-de-obra intensiva e barata; são produtos cuja demanda internacional cresce lentamente.

Produtos químicos e farmacêuticos, no entanto, têm aumentado sua participação nas exportações indianas, elevando o volume exportado de produtos mais intensivos em tecnologia e capital. Ambos os setores realizam todo o processo produtivo dentro da Índia, o que de certo modo indica que as empresas indianas estão fora do processo de globalização.

Persistindo a baixa criação de emprego na agricultura e indústria, certamente haverá dificuldades para prosseguir o desenvolvimento econômico indiano no longo prazo. Este é um dos grandes entraves, entre outros, ao bom desempenho da economia indiana no futuro.

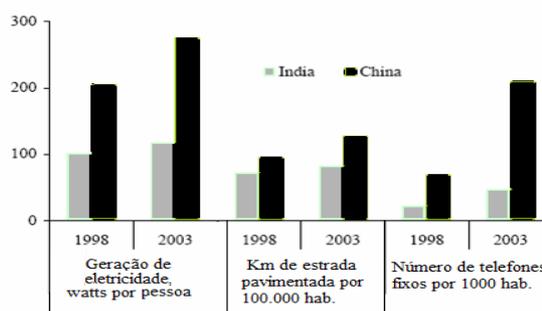
### **3 PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS E ESTRANGULAMENTOS DA ECONOMIA INDIANA**

Após superar a taxa de crescimento hindu, que caracterizou a economia durante longos trinta anos, e apresentar expressivas taxas de crescimento merecedoras de destaques internacionais, a economia indiana está frente a novos desafios: sustentar e/ou aumentar o crescimento econômico e fazer com que toda a população desfrute de seus benefícios. O maior desafio no longo prazo é reduzir as desigualdades regionais. Os governos estaduais extremamente pobres são incapazes de atender as suas obrigações precípua, o que gera um ambiente absolutamente desfavorável ao desenvolvimento. Não existe segurança no tocante ao direito de propriedade e há instabilidade no uso dos recursos naturais. Segundo o Banco Mundial, as maiores limitações à atividade econômica na Índia são: infraestrutura, déficit fiscal, leis trabalhistas e setor financeiro (World Bank, 2006, p. 10).

#### **3.1 Infra-estrutura**

A demanda por infra-estrutura aumentou com maior crescimento econômico nas últimas décadas. Os maiores gargalos da infra-estrutura encontram-se nos setores elétrico, transporte e sistema viário urbano; se não forem sanados, constituirão uma séria limitação ao desempenho econômico indiano no médio prazo. Isso se deve à baixa taxa de investimento em infra-estrutura, de 3 a 4 % do PIB. Segundo o Banco Mundial, o país deveria investir 8% do PIB para atender a demanda (World Bank, 2006, p. 106).

Em 1980, a Índia era melhor dotada do que a China, em termos de energia, estradas e telecomunicações. Hoje, o estoque de infra-estrutura chinês ultrapassou o indiano; além, disso, as diferenças estão aumentando, conforme a Figura 2 (World Bank, 2006, p. 106).

**Figura 2 – Estoque de infra-estrutura na Índia e na China entre 1998/03**

Fonte: World Bank, 2006, p. 106

Desde 1990, a China tem investido anualmente cerca de 10 vezes mais do que Índia em rodovias. Para alcançar esse país em estoque de rodovias *per capita* seria necessário investir 12,5% do PIB anualmente até 2015 (World Bank, 2006, p. 106). Durante o 11º Plano Qüinqüenal (2007/12), a Comissão de Planejamento da Índia projeta aumentar o investimento em infra-estrutura dos atuais 4,6% do PIB para 8% do PIB (estradas, ferrovias, aeroportos e portos; geração, transmissão e distribuição de energia; telecomunicações; oferta, irrigação e armazenagem de água) (Planning Commission, 2006, p. 40). Diante da situação fiscal deficitária do governo indiano, surgem as Parcerias Público-Privadas (PPP) como uma alternativa viável para atingir essa meta.

Os maiores problemas de infra-estrutura encontram-se nos transportes, setor elétrico e infra-estrutura urbana. Durante o 10º Plano Qüinqüenal (2002/06), o governo tomou iniciativas na área de transportes, construindo grandes rodovias nacionais. No mesmo sentido, buscou melhorar o acesso a cidades até então isoladas. Na área social, procurou reduzir a mortalidade infantil e o analfabetismo nessas localidades e facilitar o acesso dessas comunidades isoladas a escolas e hospitais. Parte da construção das novas rodovias será financiada por PPP e parte via recursos orçamentários (Planning Commission, 2006, p. 42).

Foram realizados investimentos em portos, mas eles precisam ser modernizados e ampliados, o que deverá ser feito na execução do 11º Plano Qüinqüenal. A idéia é colocar o sistema portuário nos padrões internacionais, reduzindo custos e aumentando sua eficiência na movimentação de cargas (Planning Commission, 2006, p. 44).

O setor aéreo também precisa se adaptar ao rápido crescimento econômico, o que tem gerado uma demanda crescente por viagens aéreas. A expectativa de

crescimento do tráfego aéreo indiano era de 16% ao ano; todavia, nos últimos anos, tal segmento aumentou entre 24 a 28% ao ano. As linhas aéreas encontram-se congestionadas pela incapacidade dos aeroportos em receber maior número de vôos. Este grave problema estrutural deve ser, em parte, solucionado pelo atual Plano Qüinqüenal (Planning Commission, 2006, p. 44).

A infra-estrutura urbana indiana é caracterizada por vias congestionadas, transporte público precário, inadequada disponibilidade de água, tratamento de esgoto deficiente e precárias moradias que assolam mais de 50% da população em algumas metrópoles indianas. A idéia do governo é enfrentar parte deste problema estrutural no Plano Qüinqüenal atual (Planning Commission, 2006, p. 46).

O setor energético também traz grande limitação ao crescimento econômico. Para crescer 9% ao ano, seria necessário aumentar de imediato a oferta de energia elétrica, carvão, óleos, gás e outras fontes energéticas (Planning Commission, 2006, p. 49). Este é o mais grave estrangulamento da economia indiana. A maior debilidade encontra-se na distribuição, de responsabilidade dos estados, que estão sem recursos para investir. Algumas PPPs foram estimuladas, porém nenhuma logrou êxito até hoje (Planning Commission, 2006, p. 49).

O aumento da oferta e da eficiência da infra-estrutura indiana necessita de grandes investimentos públicos e privados. Para que essa meta seja atendida, é preciso atacar o problema do déficit fiscal do setor público.

### **3.2 Déficit fiscal**

O déficit fiscal expõe a economia indiana a crises, desfazendo os efeitos positivos do crescimento econômico realizado. Há necessidade de recursos para corrigir gargalos estruturais, mas despesas excessivas com gastos correntes impedem a realização dos investimentos necessários. A alternativa é reduzir os gastos correntes e/ou aumentar impostos. A fim de maximizar a receita, é preciso aperfeiçoar a fiscalização e os instrumentos arrecadatários. Durante o 7º Plano Qüinqüenal (1985/90), a média anual de arrecadação do governo indiano correspondia a 19,4% do PIB. Após, esse percentual caiu para 17,9% no 8º Plano e para 16,9% no 9º Plano. No 10º Plano, o percentual voltou para 17,9% (Tabela 7).

**Tabela 7 - Situação fiscal da Índia, 1985/2006 (% do PIB)**

	7º Plano (1985/90)	8º Plano (1992/97)	9º Plano (1997/02)	10º Plano Quinquenal			
				2002/03	2003/04	2004/05	2005/06
<b>Receitas</b>	19,4	17,9	16,9	17,8	18,1	19,1	16,6
<b>Gastos correntes</b>	22,0	21,5	24,0	24,6	24,1	23,5	22,9
Serviços sociais	5,4	5,0	5,5	5,3	5,1	5,4	5,3
Serv. Econômicos	6,5	5,8	5,7	6,3	6,4	5,8	5,6
Serviços gerais	9,5	10,3	12,4	12,6	12,1	12,0	11,7
<b>Gastos de capital</b>	6,6	3,7	3,1	2,9	3,1	3,7	3,7
Déficit fiscal bruto	9,2	7,2	10,1	9,8	9,1	8,1	7,0
Juros	3,8	5,1	6,3	6,5	6,4	6,2	6,1
Educação/PIB	2,9	2,8	3,0	3,0	2,8	2,9	2,8
Saúde e bem-estar da família /PIB	1,0	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9
Irrigação, energia, transporte/PIB	4,0	3,1	3,1	3,6	4,2	3,8	3,9
Juros, administração, pensão/PIB	6,3	8,1	9,2	10,2	9,9	9,8	9,8
Juros, administração, pensão/receita	32,6	45,1	54,2	57,6	54,9	51,5	50,0

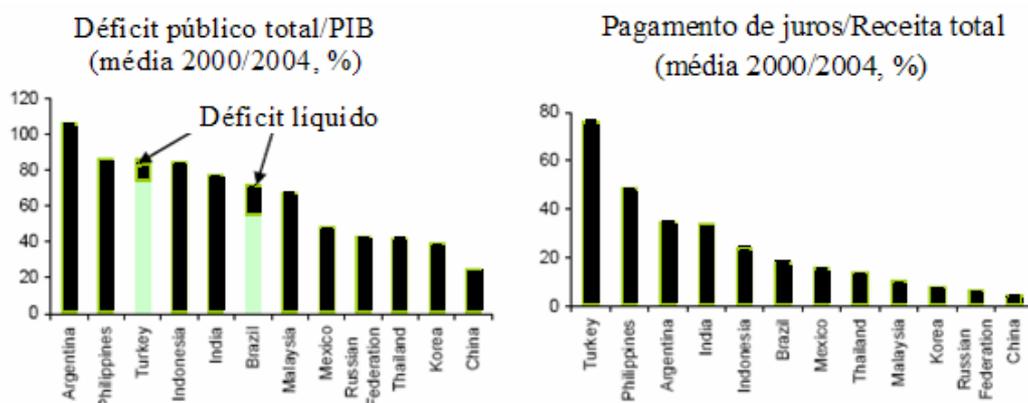
Fonte: World Bank, 2006, p. 110

Os gastos correntes subiram de 22% do PIB no 7º Plano, para 24,6% no início do 10º, enquanto os gastos de capital caíram de 6,6% do PIB, para 2,9%, no mesmo período. Isso mostra a baixa capacidade de investimento do governo e a tendência de aumento dos gargalos da infra-estrutura. Entretanto, o principal problema da economia indiana tem sido a forma como o déficit vem sendo tratado. Durante o 10º Plano, o pagamento dos juros continua va alto, enquanto os gastos de capital vinham sendo substituídos por gastos correntes, o que tornava a situação fiscal da Índia muito problemática (World Bank, 2006, p. 111).

A Figura 3 mostra uma série de 12 países, os quais, salvo a China, passaram por uma crise macroeconômica nos últimos anos, provocada pela existência de alto risco de *default* apontado pelo mercado. A crise sofrida pela Índia em 1991, diferentemente, resultou das baixas reservas e da falta de liquidez. À esquerda do gráfico tem-se o déficit público total (interno e externo) em relação ao PIB, entre 2000/04. O déficit indiano chegava a 80% do PIB, igual a três vezes o déficit chinês. À direita, têm-se o percentual dos juros pagos em relação à receita de cada país. A

média de pagamento de juros corresponde a 6% do PIB (Tabela 17) e a 35% da receita, sendo superada somente por países com problemas crônicos de déficits fiscais como Turquia, Filipinas e Argentina. Isso contrasta com o menor percentual de pagamento de juros por Coréia da Sul, China e Rússia, países, como a Índia, com rápido crescimento econômico nos últimos anos (World Bank, 2006, p. 111 e 112).

**Figura 3** – Déficit público e pagamento de juros na Índia e Países selecionados, 2000/2004



Fonte: World Bank, 2006, p. 111

A desconexão entre as altas taxas de crescimento econômico e os maus indicadores das finanças públicas pode ser explicada pelas especificidades atuais da economia indiana em decorrência das reformas liberalizantes implementadas anteriormente: controle de capitais, flexibilidade do setor bancário, altas reservas de moeda estrangeira e taxa de câmbio flexível (World Bank, 2006, p. 112). Porém, para manter as altas taxas de crescimento econômico, a Índia precisará enfrentar o desafio do pagamento dos juros e a tendência de aumento dos gastos correntes, limitando os investimentos necessários para eliminar os estrangulamentos infra-estruturais. Diante desse cenário, há quem defenda que a alternativa seria aumentar o déficit fiscal, sob a alegação de que o efeito renda reduziria a relação dívida/PIB (World Bank, 2006, p. 113).

Outros entendem que a melhor alternativa seria o aperfeiçoamento dos instrumentos arrecadatórios e da qualidade dos gastos públicos. O primeiro ponto consiste na ampliação e diversificação da base tributária, atualmente caracterizada pela combinação de altas taxas e numerosas isenções, fundamentalmente

concentrada na indústria, e pouco incidente sobre os setores primário e terciário. Desse modo, há grande perda de arrecadação pela não tributação da agricultura e dos serviços. A reforma tributária ampliaria a base tributária, com impostos mais baixos, envolvendo outros setores e desonerando a atividade industrial, atualmente sobrecarregada. Medidas nesse sentido já foram adotadas em 2005, quando alguns estados criaram o imposto sobre o valor adicionado. Além da reforma tributária, torna-se necessário o aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização, a adoção de incentivos para qualificação dos servidores e o combate à corrupção (World Bank, 2006, p. 113).

A outra medida para reduzir o déficit público seria a melhora da qualidade dos gastos, pois 33% do gasto público destinam-se ao pagamento de salários e pensões. Os gastos com funcionalismo não podem ser reduzidos no curto prazo; porém, pode ser evitada a contratação de novos funcionários, com a qualificação do quadro existente, visando aumentar a produtividade. Já os gastos previdenciários não podem ser reduzidos no curto prazo. Mudanças nas regras previdenciárias podem resultar em efeitos no longo prazo.

É preciso também reduzir os subsídios concedidos na economia indiana, pois provocam distorções dos preços e favorecem a classe produtora de alimentos em alguns estados em detrimento da grande massa trabalhadora pobre. Porém, a eliminação dessa prática esbarra em forte resistência política (World Bank, 2006, p. 116).

### **3.3 Leis trabalhistas**

As leis trabalhistas indianas são apontadas como as mais complexas e restritivas do mundo, contraditórias e antiquadas. Isso desestimula o investimento e, conseqüentemente, o aumento do emprego formal. As decisões judiciais recentes têm aumentado o poder de barganha dos trabalhadores, o que provoca aumentos salariais e freia novas contratações. A falta de clareza das normas trabalhistas leva a dupla interpretação, gerando um ambiente de incerteza entre os empregadores. A legislação beneficia somente os trabalhadores formais. As práticas restritivas das leis trabalhistas impõem custos que afeta a produção, reduz a produtividade e a geração de emprego (World Bank, 2006, p. 120 e 121).

Os custos salariais afetam principalmente as pequenas empresas, que encontram dificuldades para crescer. Em 1990, 40% do emprego industrial geravam-se em empresas que possuíam entre 5 e 9 empregados, enquanto as empresas com mais de 10 funcionários, geravam menos de 2% dos empregos. A maioria das firmas pequenas prefere permanecer na informalidade, trabalhando com máquinas obsoletas de baixa produtividade. As empresas têxteis, por exemplo, operam com equipamentos que possuem 10 ou 20% da capacidade das empresas concorrentes chinesas (World Bank, 2006, p. 122 e 123).

Em suma, por leis trabalhistas inadequadas, existe um mercado de trabalho dual na economia indiana. A maior parte da população economicamente ativa possui empregos informais com baixa remuneração, permanecendo à margem dos benefícios sociais e previdenciários. Enquanto a parcela dos trabalhadores que possui empregos formais, devidamente regulamentados, obtém benefícios trabalhistas e maiores salários. A tendência é de que as leis trabalhistas acentuam ainda mais as desigualdades na Índia.

### **3.4 Setor financeiro**

As reformas do setor financeiro da década de 1990 facilitaram o crescimento econômico posterior. O mercado de capitais foi desregulamentado, as restrições ao ingresso de capitais foram aliviadas e a entrada do setor privado no setor financeiro foi permitida. Com isso, aumentou a oferta de recursos financeiros às empresas. No entanto, as pequenas e médias empresas permanecem com dificuldade de acesso ao crédito, pois sua linha de financiamento não interessa ao mercado financeiro interno, nem aos investidores estrangeiros (World Bank, 2006, p. 124).

Apesar das pequenas e médias empresas desempenharem um relevante papel na geração de emprego, elas são impedidas de se modernizarem pela dificuldade de acesso ao crédito. Elas se mantêm menos produtivas frente às concorrentes internacionais, o que dificulta a elevação da produtividade e o crescimento econômico indiano. Assim, torna-se imperioso reformar a intermediação financeira, para facilitar o acesso aos serviços financeiros de um grande número de pequenas e médias empresas.

Existem outros problemas do acesso ao crédito: a) o sistema judiciário

ineficiente dificulta a execução de contratos e a recuperação dos empréstimos não pagos; b) os bancos não possuem ferramentas capazes de avaliar as condições de crédito e de risco de administração das pequenas e médias empresas, o que aumenta os custos de transação; c) não existe dados fidedignos sobre as empresas de menor tamanho e d) falta credibilidade por parte das pequenas e médias empresas.

Em virtude das incertezas e falta de informações, fica difícil para os bancos avaliarem corretamente o risco de empréstimos para as pequenas e médias empresas; isso gera uma diferença relevante entre o risco calculado e o risco real. Apenas 54% das pequenas empresas da Índia têm acesso à linha de crédito bancária, enquanto no Brasil este percentual chega a 75%. Nas regiões rurais, 60% da população não têm acesso à conta bancária e 87% recorrem a instituições informais que cobram taxas exorbitantes. Acesso mais uniforme ao setor financeiro é uma ferramenta efetiva para promover maior taxa de crescimento econômico e reduzir a pobreza. A ajuda financeira aos pobres permite integrá-los ao mercado, facilitando o acesso a bens e serviços (World Bank, 2006, p. 124 e 125).

#### **4 INDICADORES SOCIAIS E PERSPECTIVAS**

Em 1974, 56,4% da população rural indiana viviam abaixo da linha da pobreza. Esse percentual caiu para 45,7% em 1984 e para 21,8% em 2005 (Tabela 8). Essa expressiva diminuição explica-se pelo acelerado crescimento econômico da Índia das últimas décadas. Observa-se que o progresso foi maior nas áreas rurais em comparação com as áreas urbanas, pois em meados dos anos de 1970 havia mais de 7% de população pobre nas áreas rurais comparativamente às áreas urbanas; em meados dos anos 2000 essa diferença desapareceu.

**Tabela 8** – Linha da pobreza em (%) e em Rúbia entre 1973/74 – 2004/2005

Ano	Área rural		Área urbana		linha da pobreza total (%)
	linha da pobreza (%)	linha da pobreza (Rs.)	linha da pobreza (%)	linha da pobreza (Rs.)	
1973/74	56,4	49,6	49,0	56,6	54,8
1983/84	45,7	89,5	40,8	115,6	44,5
1993/94	37,3	205,8	32,4	281,3	36,0
1999/2000	28,3	356,3	25,7	538,6	27,5
2004/2005	21,8	356,3	21,7	538,6	21,8

Fonte: Planning Commission, Government of India.

Em termos de renda média, também houve sensível melhoria nesse período. No meio rural, a renda média passou de Rs 49,6 em 1974, para Rs 356,3 em 2005. Nas áreas urbanas essa melhoria foi ainda maior no período: Rs 56,6 para Rs 538,6. Entretanto, como se observa, as melhorias mais substanciais em relação à redução do percentual de pobres e aumento da renda média da população pobre ocorreram após as reformas liberalizantes de 1993/94.

Apesar das transformações ocorridas na Índia terem beneficiado especialmente a indústria e os serviços, em detrimento da agricultura, o percentual de pobres no meio rural decresceu mais rapidamente do que no meio urbano e eles tendem a se igualar em 2005. Esse percentual de 21,8% corresponde a mais de 246 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Contudo, a distribuição de renda na Índia é a mais homogênea dos países em desenvolvimento: 32,5% em 2003 e 36,8% em 2005.<sup>4</sup>

A população indiana (1,13 bilhão) continua crescendo, o que aumenta a dimensão do mercado interno e atai IED. O aspecto negativo são os investimentos necessários para manter a relação capital/trabalho em um nível desejável e os investimentos sociais. Porém, 72% da população indiana ainda vivem no meio rural. A expectativa de vida é de 68,5 anos. A força de trabalho, em 2007, era 516,4 milhões, com 60% na agricultura, 12% na indústria e 28% nos serviços (<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>).

A taxa de alfabetização, de somente 43,5% em 1981, atingiu 65,2% em 2001, mas ainda a alfabetização masculina é predominante (75,6%, sendo 54% para as mulheres). Nas zonas rurais, menos de 50% das mulheres são alfabetizadas. Todavia, o nível de alfabetização nas zonas rurais vem apresentando uma

tendência ascendente, subindo de 36% em 1981, para 59,2% em 2001 (Tabela 9).

**Tabela 9 – Taxas de alfabetização da Índia, 1981, 1991 e 2001**

População	1981			1991			2001		
	Masc.	Femino	Total	Masc.	Femino	Total	Masc.	Femino	Total
Urbana	-	-	-	-	-	-	86,4	73,0	80,1
Rural	49,6	21,7	36,0	57,9	30,6	44,7	71,2	46,6	59,2
Total da Índia	56,5	29,8	43,5	64,1	39,3	52,2	75,6	54,0	65,2

Fonte: 1981 e Series 1: Census of India, Social and Cultural Table; 1991: Paper 2 of 1992; 2001: Census 2001

Os gastos com educação têm se mantido em torno de 3% do PIB, desde 1985 (Tabela 7). Em 1983, havia 5,7 escolas primárias e superiores por mil habitantes, indicador que se reduziu para 5 em 1998. Quanto às escolas superiores, em 1983 havia 2,44 escolas por 1000 habitantes, número que subiu para 2,75 em 1998. Observa uma atenção maior à educação superior em relação à educação básica. Há necessidade de aumentar os investimentos na educação infantil, pois o país possui 104 milhões de crianças, sendo que destas um quarto estão fora da escola (World Bank, 2006a, p. 27).

## 5 CONCLUSÃO

Em função dos recursos de que dispõe, a Índia é um país com grandes potencialidades de crescimento. Para manter altas taxas de crescimento econômico, ela precisa superar alguns pontos de estrangulamentos. Entre 1947/80, a Índia foi regida por políticas intervencionistas que reduziram as taxas do crescimento econômico. A demasiada intervenção do governo desestimulava o investimento e as exportações, distorcendo os fundamentos da economia. Isso gerava um ambiente absolutamente inadequado ao desenvolvimento econômico.

As exportações manufatureiras indianas ainda são caracterizadas por produtos intensivos em trabalho. Sua estrutura produtiva é formada, em grande parte, por pequenas empresas, grandes geradoras de emprego. A produtividade é baixa e o país não se beneficia, como outros países asiáticos, de economias de

escala. Além disso, a integração indiana à economia internacional é baixa, como no setor de medicamentos, em que o processo produtivo ocorre praticamente no interior da Índia.

Essa estrutura produtiva e outras falhas de mercado decorrem das políticas econômicas implementadas entre 1947/80. Reformas modernizantes já foram implementadas. Uma terceira onda de reformas ainda pode ser introduzida para sustentar o rápido crescimento econômico dos últimos anos. As duas primeiras ondas de reformas dos anos de 1980 e 1990 já atacaram os maiores problemas da Índia, decorrente de ser uma economia muito fechada sobre si mesma. Após essas reformas, o governo indiano vem praticando políticas de crescimento orientado para o exterior, como prega a teoria da base exportadora.

A Índia possui bons fundamentos macroeconômicos: altas reservas internacionais, inflação controlada (4% ao ano). O atual déficit comercial é causado de forma pró-cíclica e não decorre de taxa de câmbio inadequadamente apreciada; ele é contrabalançado pelo expressivo aumento das exportações de serviços, podendo ser perfeitamente administrado. Por fim, o país realiza controle de capitais, que permite proteger a economia de instabilidades externas. Cumpre destacar, ainda, a política cambial praticada pela Índia; apesar de trabalhar com câmbio flutuante, o país procura conduzir a taxa de câmbio a fim de torná-la favorável às exportações. Sem este cuidado, o crescimento da economia como um todo estaria seriamente comprometido.

Todavia, para manter o crescimento econômico acelerado dos últimos anos, é preciso eliminar os pontos de estrangulamentos mais importantes: déficit fiscal, carência de infra-estrutura, leis trabalhistas inadequadas e setor financeiro estrangulado. Esta expectativa é reforçada pelas características das políticas econômicas atualmente praticadas pelo governo e norteadas por três características: a) os objetivos estratégicos da política econômica são o crescimento econômico, a geração de emprego e a melhoria do bem-estar social; b) o compromisso precípua da política industrial é aumentar a produtividade e os níveis de eficiência da economia; c) tendência às privatizações e adoção de parcerias públicas e privadas, concentrando-se o setor público apenas em ações estratégicas (Nassif, 2006, p. 58).

## ABSTRACT

This article aims to display the current pattern of economic growth of the Indian economy both in quantitative and qualitative terms. Thus, prove that India has even adopted a policy of growth turned out, is the Asian country with the lowest participation of the foreign trade front of the GDP. Is also highlighted the large participation of the service sector in national income which may suggest a process of deindustrialization of the Indian economy, similar to developed countries where the industrial sector diminishes its role as the service sector with higher added value grows. In a second time, are the main obstacles or challenges that India, if you want to sustain the current level of economic growth in the medium term, should resolve. It was finally resolved that once these obstacles, India can continue experiencing the current rates of growth that is highlighted in the international arena over the past two decades.

**Key words:** Development. Economic growth. Economic reforms. Economic openness.

**JEL Classification:** O11, Macroeconomic analyses of economic development. O14, Industrialization; manufacturing and service industries; choice of technology. O19, International linkages to development; role of international organizations.

## NOTAS

<sup>1</sup>Mestre em Economia do Desenvolvimento pela PUCRS. Email: [mjaroski@terra.com.br](mailto:mjaroski@terra.com.br).

<sup>2</sup>Doutor em Economia pela USP. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. Site: [www.nalijsouza.web.br.com](http://www.nalijsouza.web.br.com). Email: [nalijsouza@gmail.com](mailto:nalijsouza@gmail.com).

<sup>3</sup>Alguém poderia argumentar que a grande participação dos serviços na renda nacional indicaria desindustrialização. Há controvérsia se alguns países latino-americanos, como o Brasil, estão se desindustrializando, pela redução do emprego industrial no emprego total, e pelo maior crescimento de indústrias intensivas em

trabalho e em recursos naturais.

<sup>4</sup>Índice de Gini de alguns países: Argentina, 49% (2006); Brasil, 56,7% (2005); China, 47% (2007); Rússia, 41,3% (2007). A Coréia do Sul, hoje um país desenvolvido, possuía em 2007 um índice de Gini de 35,1%.

## REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DA ÍNDIA, <http://www.rbi.org.in/home.aspx>; Acessado em 08/02/2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Macroeconomia da estagnação: crítica a ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo Editora 34, 2007.
- BROOKS, Douglas. *Trade Costs, FDI and Trade in Parts and Components in Developing Asia*. Asian Development Bank Institute, 2007. Obtido no endereço [http://www.unescap.org/tid/projects/tradeissue\\_s2brooks.pdf](http://www.unescap.org/tid/projects/tradeissue_s2brooks.pdf), em 28/04/2008.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>. Acessado em 16/4/2008.
- CHAUVIN, Sophie; LEMOINE, Françoise. *India in the World Economy: Traditional Specialisations and Technology Niches*. Centre d'études prospectives et d'informations internationales (CEPII), august 2003.
- EXTENDED PENN WORLD TABLES, [http://pwt.econ.upenn.edu/php\\_site/pwt\\_index.php](http://pwt.econ.upenn.edu/php_site/pwt_index.php). Acessado em 18/9/2007.
- INDIAN PLANNING EXPERIENCE - *A statistical Profile (2001)*. Obtida no site <http://planningcommission.nic.in/> em 01/8/2007.
- NASSIF, André. *A economia indiana no período 1950 – 2004 – da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?* Banco Nacional do Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro, jan. 2006.
- PANAGARIYA, Arvind. *India in the 1980s: Weak Reforms, Fragile Growth*. 2004.
- PANAGARIYA, Arvind. *India in the 1980s and 1990s: a Triumph of Reforms*. Department of Economics. University of Maryland, 2004a.
- PLANNING COMMISSION. *Towards faster and more inclusive growth – an approach to the 11<sup>o</sup> five year plan*. Government of India, 2006.
- RESERVE BANK OF INDIA: *Annual Report 2006-07*, 2007.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento Econômico*. 5<sup>o</sup> edição – São Paulo. Ed. Atlas, 2005.
- WIKIPEDIA, The free encyclopedia, [http://en.wikipedia.org/wiki/Economy\\_of\\_India#Colonial](http://en.wikipedia.org/wiki/Economy_of_India#Colonial). Acessado em 22/8/2007.

WORLD BANK. *India Include Growth and Service delivery: Building on India's Success*, 2006.

WORLD BANK. *India and the knowledge economy: leveraging strengths and opportunities*, 2006a.